

IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E RESILIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO NA PERSPECTIVA DE ALUNOS COMO PESQUISADORES

Paula Almeida de Castro
Professora Adjunta/Departamento de Educação – UEPB

Camila Matos Viana
Graduanda de Pedagogia – UEPB

Sarah Thalita Guimarães Costa
Graduanda de Pedagogia – UEPB

RESUMO

Os processos de tornar-se aluno, mediados pelas identidades, pertencimentos e resiliências é o objeto de investigação do estudo aqui relatado. A pesquisa orienta-se pelos questionamentos acerca das instâncias presentes na vivência escolar que os alunos destacam como fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem; do sentido da vivência e da memória escolar para o desenvolvimento acadêmico e profissional tomando a perspectiva do aluno como pesquisador. Esta perspectiva orienta-se pelo conhecimento produzido na interação entre o professor e o aluno para rever as práticas pedagógicas no cotidiano escolar. Neste sentido, o aporte teórico-metodológico da pesquisa etnográfica subsidia o processo de investigação através da observação participante, fotografias e entrevistas. Este estudo volta-se para compreender esses processos e melhor informar aos que dela participam na construção de espaços e saberes que privilegiem o sujeito aluno e, possivelmente, redimensionar o papel da escola e dos professores no atual contexto sócio-educacional brasileiro.

Palavras-chave: Aluno como pesquisador, Etnografia, Formação de professores.

INTRODUÇÃO

A compreensão do aluno como pesquisador no contexto escolar constitui-se como um aspecto inovador para fomentar o desenvolvimento de estudos em Educação, sobretudo quanto a formação de professores. Observa-se que os estudos sobre a escola visam à explicação sobre o fracasso escolar, as dificuldades de aprendizagem e a superação das debilidades de acesso e permanência do aluno na escola, bem como todos os outros processos que envolvem os processos de ensino e aprendizagem. A perspectiva do aluno como pesquisador possibilita a construção de estratégias para a melhoria dos problemas do sistema educacional como um todo. Este estudo recebeu apoio financeiro – bolsas de iniciação científica – do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Desse modo, esta investigação, acerca da perspectiva do aluno como pesquisador informando sobre os processos de tornar-se alunos, é estabelecida nos espaços deixados quanto a mecanismos de superação das desigualdades no acesso, da eficácia no processo de permanência do aluno na escola e da preservação da qualidade do conhecimento que é oferecido. Para tanto, ao sugerir uma nova forma de repensar este sujeito na complexa realidade da educação brasileira, estabelece-se uma interação entre as considerações sobre identidade, pertencimento e resiliência, a fim de esclarecer como se dão os processos de tornar-se aluno e como este pode contribuir na formação inicial e continuada de professores.

A investigação dessa pesquisa buscou obter respostas a esses questionamentos de como é possível conceituar a identidade objetivando compreender o sujeito da contemporaneidade e como a idéia de identidade, pertencimento e resiliência pode contribuir nos processos de tornar-se aluno, consciente da transitoriedade e da diversidade que compõem a escolarização, sobretudo no Brasil. Acredita-se que essas respostas podem orientar o entendimento sobre os conceitos de identidade, pertencimento e resiliência significando o objeto de estudo e os dados do estudo empírico. Nesse sentido, o texto que se segue apresenta a qualificação do principal problema abordado com as asserções teóricas que incluem as definições sobre os conceitos de identidade, pertencimento e resiliência e suas intersecções com os processos de formação do aluno.

Para tanto esta análise respalda-se no estudo do tipo etnográfico, que tem por objetos de dados a observação participante, fotoetnografia, entrevistas com relatos de todos os envolvidos no contexto investigado. A etnografia foi eleita por permitir o contato e consideração de todos os envolvidos na pesquisa e suas subjetividades e por possibilitar um olhar mais sensível às questões que constituem o contexto da escolarização.

OS CONCEITOS DE IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E RESILIÊNCIA E O CONTEXTO ESCOLAR

Para compreender os aspectos relacionados aos processos de tornar-se aluno toma-se como elementos epistemológicos marcas que caracterizam as singularidades culturais dos sujeitos, este estudo concentra-se nos aspectos que se referem à identidade, pertencimento e resiliência.

Pode-se afirmar que os aspectos da identidade que balizam a noção de pertencimento implicam mais do que a identificação do sujeito com o seu lugar de nascimento. Implicam também em complexas tessituras das quais emerge o sujeito escolar contemporâneo. As diversas formas de construção de identidades pelo aluno no interior da escola sugerem que este recria para si, em diferentes momentos, o papel de aluno. Ele tenta se adaptar a uma nova condição identitária interposta em diferentes momentos de sua vida escolar. O sujeito flexibiliza suas ações, atitudes e valores de modo a tornar-se aluno para si e para os outros que permeiam o espaço da escola e da sala de aula.

O fracasso escolar, por exemplo, é, quase sempre, associado aos relacionamentos interpessoais e ao comportamento do aluno. Dessa forma, entende-se que é pelo somatório entre as tensões das experiências positivas e das negativas e/ou traumáticas que o indivíduo pode, em seu processo identitário, tornar viáveis as suas formas de pertencimento dentro e fora das escolas. Podem ainda possibilitar que o sujeito esteja mais habilitado e flexível para adaptar-se a novas situações que, por sua vez, vão demandar novos conhecimentos. Essas estratégias, então, indicam que essas identidades não são fixas, são sempre inacabadas e em contínuo processo de construção. Elas se desenvolvem pelo agir em um mundo em mudança, sobretudo na contemporaneidade. Nesse contexto articulam-se simultaneamente as esferas locais e globais de manifestação dessas identidades. Essas mudanças tanto acontecem no espaço

de “fora” – que modifica a condição de vida – quanto no espaço de “dentro” – trabalhando as condições individuais (HALL, 1988, p. 24).

Diante do exposto, compreende-se que a identidade de aluno é redimensionada em função das mudanças que ocorrem na escola e sociedade contemporâneas. Pode-se entender que a construção do aluno se dá pela possibilidade de perceber e respeitar a diferença pela diferença e ainda ampliar a possibilidade de pensar sobre o sistema educacional, por exemplo, em uma postura multicultural “fornecendo respostas concretas, no seu cotidiano para a questão da diversidade” (CANEN; CANEN, 2005, p. 21). Pois, como explica Canen et al. (idem), o “multiculturalismo [oferece] um conjunto de respostas à diversidade cultural”. Isso se dá, inclusive, pelo fato de que “as sociedades sempre foram culturalmente diversificadas, mas com o processo da globalização, com a internet, com a mídia, as fronteiras estão cada vez mais fluidas” (p. 75).

Compreende-se também que uma das formas pelas quais o processo de tornar-se aluno se dá é através da construção de seus modos de identificação originários de experiências adquiridas ao longo de sua trajetória escolar. O tornar-se aluno envolve um constante movimento dialético de busca pela flexibilidade, interação, pertencimento e resiliência aos espaços escolares.

Os conceitos de pertencimento e resiliência em relação aos processos de escolarização servem como cenário para a compreensão sobre o tornar-se aluno. Entende-se que é através do pertencimento que os alunos podem legitimar suas identidades em seus diferentes contextos de convivência, sobretudo na escola. Pertencer significa partilhar características, vivências e experiências com outros membros das comunidades de pertencimento, desenvolvendo sentimento de pertença. Esse sentimento pode ser percebido também em analogia aos processos de socialização primária e secundária, como descrito por Berger e Luckmann (2004). O pertencimento diz respeito aos laços familiares, a ser membro de uma dada sociedade, dentre outras relações que vão se estendendo com o estabelecimento de vínculos, referências e valores.

O pertencimento também é conceituado por Erickson a partir de organizações formais e informais em que o indivíduo participa de modo a sentir-se pertencendo a um grupo identitário de reconhecimento mútuo entre seus membros (ERICKSON, 1987). Sarmiento (2002) explica que o pertencimento constitui-se pelas relações comunitárias, pelas construções de referências, valores de pautas de condutas e distribuição de poderes que são inerentes à pertença comunitária (p. 276).

Na mesma linha, mas com algumas derivações, Yuval-Davis (2006) conceitua o pertencimento descrevendo três níveis de entendimento para o termo, que é identificado a partir de duas estruturas básicas: a primeira são as estruturas analíticas, que explora a noção de pertencimento pela análise de posições sociais, dos processos de identificação, dos elos emocionais e dos valores éticos e políticos; o segundo denomina-se como as estruturas políticas de pertencimento, que enfoca as políticas de pertencimento e de como as estruturas políticas se inserem nas diversas políticas e projetos em que vivem os indivíduos em sociedade, como, por exemplo, pelo direito ao exercício da cidadania e as ações participativas, evidenciando-se, portanto o direito de status no grupo de pertencimento. O terceiro nível estrutura a mecânica de pertencimento em projetos políticos que compreendem determinadas características de um indivíduo. Eles são selecionados por diferentes significados específicos de pertencimento, por possuírem ou não essas características. Assim, para Yuval-Davis (2006) através desses três níveis de estrutura os processos de pertencimento se constroem (p. 198-199).

De modo complementar, a naturalização do pertencimento é também apontada por Bagnall (2009) baseado nos estudos de Cohen (1982). Bagnall explica que as pessoas adquirem conhecimento e experiência sobre uma determinada cultura através da vivência de práticas cotidianas, não somente participando de cerimoniais que as tornarão especialistas naquela cultura. E são essas práticas que conferem ao indivíduo uma dinâmica no processo social de uma comunidade. Bagnall acrescenta que a medida para revelar a profundidade do pertencimento de um sujeito pode ser observada nas formas de organização social e de associação às comunidades vivenciadas pelos sujeitos. Portanto, quando uma pessoa é identificada como pertencente a um grupo específico, seja de parentesco ou de vizinhança, ela se torna, ao mesmo tempo, um membro reconhecido pela comunidade como um todo e ainda como assumindo sua pertença àquela cultura.

Do mesmo modo, pode-se observar como ocorre o pertencimento nas comunidades escolares nas quais os alunos vão idiossincraticamente identificando as práticas de sala de aula que o conduzirão à condição, por exemplo, de bons e maus alunos pelo desempenho escolar. Ocorre que esse desempenho é atribuído não somente pelas vivências do aluno em sala de aula e na realização das atividades pedagógicas, mas também por uma série de características, muitas vezes subjetivas. Isso porque é o próprio aluno que acentua e revela o que é importante para pertencer à escola e à sala de aula. A partir desse conceito de pertencimento e suas características aplicadas ao aluno e à escola

como um todo, pode ser facilitado o entendimento do processo de pertencimento, do que significa tornar-se aluno e de como se dá a pertença dos mesmos nesses contextos.

Os estudos de Bagnall (2008; 2009) se alinham aos questionamentos propostos por Osterman (2000) em torno do conceito de pertencimento nos meios educacionais: “A experiência de pertencimento é importante em um contexto educacional? Os alunos vivenciam o espaço escolar como uma comunidade? Como as escolas influenciam o “sentimento” de comunidade nos alunos?” (p. 326).

Em resposta a esses questionamentos, Osterman aponta as necessidades psicológicas e emocionais que os alunos possuem, indicando múltiplas influências em seus comportamentos. Em função disso, o pertencimento à comunidade escolar integra a satisfação das necessidades indicadas pela autora. Ocorre que a escola muitas vezes desconhece ou não se dedica de modo adequado a essas necessidades e adota práticas organizacionais que podem não facilitar as formas de pertença do aluno à ideia da sala de aula e da escola como uma comunidade na qual o principal objetivo é o tornar-se aluno.

Os estudos de Bagnall (2008, 2009) e Mattos (2008) indicam também que a necessidade dos alunos deve ser conhecida e respeitada, de modo que seja estabelecida uma relação bem-sucedida do ponto de vista da escola para a satisfação das necessidades dos alunos e professores, re-configurando a escola como uma comunidade de pertencimento. O inverso da perspectiva da escola como uma comunidade de pertencimento é observado nas expectativas divergentes entre os alunos, professores e gestores. Não são raros os relatos de que a escola é distanciada da realidade do aluno e acaba por se configurar como um espaço de exclusão e fracassos.

Os modos com que os sujeitos constroem suas comunidades de pertencimento podem sugerir para uns uma forma de pertencimento e, para outros, transgressão das normas e valores sociais, sendo chamados de outsiders (BECKER, 2008). Becker define o outsider como “aquele que se desvia das regras de grupo” (p. 17). Esse processo, em geral, envolve a pessoa que infringe a regra e as pessoas que a julgam. Além disso, desviar-se das regras, explica o autor, relaciona-se tanto com o fato de que uma pessoa não aceita uma regra pela qual está sendo julgada quanto pode não considerar os que o julgam como “competentes ou legitimamente autorizados a fazê-lo”, de modo que “aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes é que são os outsiders” (p. 15). O trabalho de Becker possibilita uma reflexão sobre o modo como os alunos se adéquam ou não às normas escolares, à estrutura da escola como um todo, às formas de ensino e aprendizagem, dentre outras situações próprias do espaço escolar. Quando o aluno opta

por não seguir as normas, levando a que seja considerado como um outsider, por exemplo, coloca-se em situação de risco escolar. Ocorre que os alunos podem não perceber, da mesma forma que a escola, a questão do cumprimento de normas e continuam na escola, podendo desenvolver seu sentimento de pertença a esse espaço. A possibilidade de compreender como um aluno considerado um outsider pode reconfigurar para si a escola como um espaço de pertencimento é dada pela perspectiva da resiliência. Dessa forma, os alunos, ao desenvolver sua capacidade resiliente, também encontram estratégias para pertencer, ou seja, tornarem-se alunos.

No que tange ao conceito de resiliência, em Psicologia refere-se à capacidade dos indivíduos de superar períodos de dor e crises emocionais. Quando um indivíduo é capaz de superar um momento de crise, é dito que ele possui capacidade resiliente adequada para superar contratempos e adversidades. Essa capacidade é reforçada pelo enfrentamento das situações de crise. Explica-se que o ser humano dispõe de processos e estruturas flexíveis que possibilitam a sua reestruturação e recomposição com relativo sucesso diante de situações de risco e vulnerabilidade.

Em Educação, nos estudos desenvolvidos no Brasil, pode-se dizer que este ainda é um conceito pouco explorado tanto nas publicações científicas quanto em dicionários da língua portuguesa. Encontram-se trabalhos que utilizam a resiliência para compreender situações de vulnerabilidade, como o fracasso escolar, além de outras formas de exclusão social. Mattos (2010) define resiliência “como um conjunto de variáveis e/ou fatores que auxiliam o sujeito escolar no enfrentamento ou superação de adversidades e vulnerabilidades, contribuindo para o seu empoderamento”. É ainda encontrado para explicar estratégias de professores no início de sua prática profissional em sala de aula. O estudo de Castro (2001) menciona as estratégias de resiliência de professores iniciantes no enfrentamento de situações consideradas problemáticas, levando-os a conseguir melhores formas de conviver com tantas adversidades (p. 117).

A aplicabilidade de conceitos como o de resiliência implica em processos e ações dos indivíduos, sendo necessário contextualizá-los no tempo, no espaço e na cultura da qual se originam. É entendimento que a escola é palco de inúmeras singularidades pertinentes à cultura brasileira e, mais propriamente, aos participantes que dificilmente podem ser generalizadas, mas que podem ser transferidas para outros contextos da mesma natureza.

Ainda que a produção científica no Brasil careça de estudos sobre o conceito de resiliência, sabe-se que muito das situações da vida cotidiana não podem ser explicadas

por conceitos expressos unicamente em dicionários ou nas produções científicas. Na tentativa de dar conta de compreender o conceito de resiliência no contexto da educação brasileira, delineou-se uma forma de transpor e/ou aplicar os conceitos resultantes de pesquisas desenvolvidas por diferentes autores, instituições e de outras áreas do conhecimento para o estudo sobre o tornar-se aluno. Feitas as devidas análises, constataram-se evidências de que eles pudessem contribuir para res-significar as particularidades dos sujeitos da escola no Brasil

Entende-se que a resiliência pode ser observada também em características como a flexibilidade, a busca de proteção e a empatia que o sujeito desenvolve em suas interações. É ainda entendida como a possibilidade de superação em situações de adversidade e risco.

Contudo, Richman e Fraser (2001) indicam que um dos problemas quanto a conceituar resiliência está em definir o que significa risco, adversidade e superação. Para cada sujeito essas situações podem se apresentar com maior ou menor grau de dificuldade e probabilidade de ser superada. Os autores questionam se a adaptação de um sujeito estaria relacionada ao adaptar-se ou ao obter resultados bem-sucedidos com relação aos níveis exigidos como competência e funcionalidade social atendendo ou não às expectativas. Para explicar esse questionamento, eles utilizam o exemplo de um aluno do ensino médio considerado em situação de fracasso escolar. “Nessa condição, para que o aluno seja considerado resiliente seria preciso que ele se formasse como o primeiro de sua turma? Ou qual a importância de se formar [completar o ensino médio]?” (RICHMAN; FRASER, 2001).

A partir de aproximações e distanciamentos entre os conceitos e explicações sobre o termo é possível refletir sobre a noção de pertencimento e suas implicações para os processos de tornar-se aluno. A resiliência contribui ainda para pensar as trajetórias escolares, sobretudo sobre o modo como os alunos em situação de exclusão conseguem revertê-la e trilhar outros caminhos dentro e fora da escola. Entende-se que o aluno que desenvolve características resilientes poderá ter mais chances de incorporar as normas escolares para tornar-se aluno de maneira mais bem-sucedida.

Feitas tais considerações foi possível compreender de que modo a interlocução com as identidades, pertencimentos e resiliência contribuiu para explicar os processos de tornar-se aluno em. Estes atuam de modo a oferecer respostas sobre um sujeito contemporâneo tentando estabelecer suas identidades em escalas globais de espaço e tempo. A perspectiva do pertencimento e da resiliência explicam as estratégias de que os

alunos podem lançar mão nos espaços e tempos da vida escolar. As nuances dos longos anos de escolarização implicam em re-arranjos identitários, de pertencimento e resiliência. A capacidade resiliente, de um modo particular, oferece explicações para entender como o aluno para tornar-se aluno encontra formas de superação para as situações de adversidade no cotidiano da vida escolar e profissional.

A ABORDAGEM ETNOGRÁFICA DE PESQUISA

A abordagem etnográfica de pesquisa foi escolhida por permitir o acesso mais próximo possível às subjetividades dos sujeitos da pesquisa através de histórias e narrativas sobre si mesmos e, ainda, permitindo ao pesquisador explorar, de forma significativa, o objeto proposto para o estudo.

A etnografia da escola permite ao pesquisador desenvolver um olhar mais sensível para as questões que constituem o chão da escola. Uma das possibilidades de que se destaca, nesse contexto, é a pesquisa etnográfica crítica de sala de aula. (ERICKSON, 1985; MATTOS, 1992; DELAMONT, 1987).

Dessa forma, o pesquisador aproxima-se dos contextos escolares na tentativa de compreender os cenários e processos engendrados em seu interior. André explica que o uso da etnografia permite ao pesquisador “entender como se processam os mecanismos de dominação e de resistência, de opressão e de contestação ao mesmo tempo em que são veiculados e reelaborados conhecimentos, atitudes, valores, crenças, modos de ver e de sentir a realidade e o mundo” (ANDRÉ, 1995, p. 41).

A opção por utilizar a abordagem etnográfica, neste estudo, reflete a busca pela perspectiva aluno como pesquisador e a compreensão dos processos educacionais que envolvem o tornar-se alunos. Considerou-se, além dos sujeitos pesquisados neste estudo, a condição de aluno do pesquisador [nós] nos diferentes níveis do percurso acadêmico.

Focado neste propósito, o olhar volta-se para o outro, sujeito singular, portanto diferente de nós, exótico por etnograficamente dizer. Acrescido a isto, nos pautamos na referência cultural a que cada sujeito social está inserido. Portanto, pela afirmativa de Geertz (1989), entende-se que para realizar o estudo interpretativo da cultura faz-se necessário “aceitar a diversidade entre as várias maneiras que seres humanos têm de

construir suas vidas no processo de vivê-las” (p.29). Mesmo quando este viver é distante de nossa realidade local, sendo, portanto, estranho.

Há ainda que se considerar na Etnografia o deslocamento que é promovido quando inicia-se o trabalho de campo, o contato com os sujeitos e a tentativa de nos emaranharmos em uma cultura diferente da nossa. A esse respeito, se diz do processo de estranhamento que é, de certo modo, necessário para encontrar, com efeito, o entendimento esperado sobre as diversas formas de conceber, como nesse estudo, os processos de tornar-se aluno.

A opção pelo referencial etnográfico ultrapassa a intenção de captar pelo olhar do pesquisador o ponto de vista do aluno, implica em uma aproximação visando conhecer as práticas que configuram o quadro de referências do processo de construção desse aluno enquanto alunos e dos modos de pertencimento exigidos pela escola para que o sujeito torne-se aluno. Como afirma Geertz (2008) o etnógrafo busca em seus informantes o que não é capaz de perceber, utilizando em seus relatos as expressões “com que”, ou “por meios de que”, ou “através de que” para descrever o que é percebido pelo “outro”. Geertz ainda afirma que “em país de cegos, que, por sinal, são mais observadores que parecem, quem tem um olho não é rei, é um espectador” (p.89).

É, pois na condição de “espectador”, que o pesquisador utilizando o referencial etnográfico procura descrever o espaço da escola. Na medida em que o uso da etnografia nos estudos em Educação, cria novos parâmetros para se (re)pensar as práticas escolares. Sugere-se que o interesse da pesquisa não deve estar somente voltado para o ato de pesquisar, mas para a produção de conhecimento. Ao produzir conhecimento percebe-se a fronteira de onde se está e para onde é possível caminhar.

Neste escopo, a pretensa invisibilidade, assim como a neutralidade do pesquisador em relação ao seu campo de pesquisa, é que permite encontrar justamente na idéia de estranho – daquilo que Senna afirma ser o que incomoda no comportamento do sujeito de conhecimento – a chave para entender os problemas e soluções que surgem no ambiente escolar envolvendo seus atores na responsabilidade de responder às expectativas por resultados “esperados” de sucesso que acabam, muitas vezes, em fracasso.

LÓCUS E SUJEITOS

Foram sujeitos dessa pesquisa 12 alunos do 6º ano de uma escola pública estadual localizada no município de Campina Grande – PB. Foram realizadas visitas semanais durante o 2º semestre de 2012 para o acompanhamento das atividades de sala de aula através da observação participante. Neste período, os alunos produziram registros em fotografias e escritos sobre o cotidiano escolar e as diferentes situações vivenciadas por eles nas interações entre professor-aluno e aluno-aluno. A professora da disciplina de Língua Portuguesa participou colaborativamente da pesquisa contribuindo para o entendimento de diferentes cenas e interações observadas na sala de aula.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das análises realizadas depreendeu-se a tematização dos dados sobre os deveres, saberes e fazeres de alunos, professores e a ação pedagógica. No contexto dessa pesquisa, as funções e os sentidos dos processos educacionais revelam a rotina da sala de aula investigada.

Os alunos participantes, de um modo geral, a descrevem como sendo permeada por interações, tarefas, produção do conhecimento, normas e castigos, pontuando sobre os deveres, os fazeres e os saberes que orientam a ação pedagógica de professores e os alunos em interação diária.

A sala de aula, como cenário desta rotina, é descrita pelos participantes como um espaço interativo no qual as relações de pertencimento e resiliência são estabelecidas. Cada uma das interações sociais que se estabelecem entre professores, alunos e dos alunos entre si são impressas como imagens mentais sobre a sala de aula configurando o que Delamont (1987) definiu como interação escolar, sendo explicada como um “processo que vai avançando e mediante o qual as realidades de todos os dias da sala de aula são constantemente definidas e redefinidas” (p.39). Entende-se que a sala de aula não se constrói como um espaço de saber sem que os sujeitos escolares nela estejam incluídos para a construção de sentidos sobre esse espaço.

Foi possível perceber, também, que as funções da escola vão sendo ressignificadas, excluídas ou modificadas através do olhar dos sujeitos escolares sobre elas. Assim, passa-se a pensar, não somente em funções, mas em sentidos que refletem as expectativas e as críticas relacionadas à escola como um todo. O somatório dessas experiências e perspectivas sobre as funções e sentidos do fazer, do dever e do saber conduzem ao entendimento das estratégias de formação pelo viés das comunidades de

pertencimento e resiliência utilizadas por alunos e professores. Para os participantes, destacou-se a relevância de ouvir o aluno sobre os processos educacionais informando tanto a prática do professor em sala de aula quanto ao professor em formação inicial. Entende-se, que os resultados desse trabalho, possam servir de suporte para o entendimento das práticas escolares a partir dos próprios atores escolares e, de certa forma oferecer possibilidades de mudanças nos espaços de ensinar e aprender. Idealizou-se que os conceitos de identidade, pertencimento, resiliência, dever, saber, fazer como funções e sentidos da escola possam se constituir como um referencial para que as ações pedagógicas favoreçam a autonomia e a criticidade necessárias aos processos de formação educacional.

REFERÊNCIAS

- BAGNALL, N. F. Re-imaginando a escola: educação e pertencimento. *Palestra* proferida no III Colóquio Educação, Cidadania e Exclusão: Gênero e Pobreza – imagens da escola. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.
- BERGER, P. L. ; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CANEN, A. G.; CANEN, A. *Organizações multiculturais: a logística na corporação globalizada*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.
- CASTRO, M. A. C. D. Revelando o sentido e o significado da resiliência na preparação de professores para atuar e conviver num mundo em transformação. In: TAVRES, J. (Org.). *Resiliência e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 115-126.
- ERICKSON, F. Conceptions of school culture: an overview. *Educational Administration Quarterly*, v. 23, n. 4, nov. p. 11-24. 1987.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- OSTERMAN, K. F. Students' need for belonging in the school community. *Review of Educational Research*, v. 70, n. 3, p. 323-367. 2000.
- YUVAL-DAVIS, N. Belonging and the politics of belonging. *Patterns of Prejudice*, v. 40, n. 3, p. 197-214, jul. 2006.